

**FACULDADE DO MÉDIO PARNAÍBA – FAMEP
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO COMENIUS – ISEC
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

FABIANA MARTINS BARBOSA

**UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) EM BENEDITINOS (PI), DE 2010 A 2013.**

**TERESINA – PI
2014**

FABIANA MARTINS BARBOSA

**UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) EM BENEDITINOS (PI), DE 2010 A 2013.**

Monografia apresentada à Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP como requisito para obtenção do título de graduação em História, sob a orientação do Prof^o. Me. Paulo Ricardo Muniz Silva.

TERESINA – PI

2014

FABIANA MARTINS BARBOSA

UM OLHAR SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) EM BENEDITINOS (PI), DE 2010 A 2013.

Monografia apresentada à Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP como requisito para obtenção do título de graduação em História, sob a orientação do Prof. Me. Paulo Ricardo Muniz Silva.

Aprovado em: ___/___/2014.

BANCA EXAMINADORA

Me. Paulo Ricardo Muniz Silva - FAMEP

Orientador

Examinador (a)

Examinador (a)

A Deus, pela sua força e presença constante,
que nos ampara e nos torna vitoriosos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser minha fortaleza e por ter me guiado até aqui. Em especial ao filho querido filho Pedro Thomas e ao meu esposo Aldevan Vítório pelo amor, carinho e compreensão. Minha doce avó Angélica Francisca(in memory) que hoje é meu anjo da guarda.

Aos professores do curso de história da FAMEP que com seus conhecimentos e ensinamentos muito contribuíram para esta conquista. Agradeço em especial ao meu orientador Paulo Ricardo Muniz de Carvalho pelo seu compromisso, amizade e competência.

A minha irmã Elisabete pela amizade sincera e pelo apoio incondicional em todos os momentos.

RESUMO

Com o presente trabalho pretende-se analisar as dificuldades de aprendizagem do Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos e Adultos (EJA) em Beneditinos. Nesse sentido, procurou-se fazer uma abordagem histórica sobre o ensino de história, na intenção de fazer um breve histórico de como o ensino de história foi se adaptando com a educação brasileira. A partir dessa adaptação, mencionaram-se os aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, no Piauí e especialmente em Beneditinos. Utilizaram-se como fontes, as legislações pertinentes ao tema, como uma forma de ajudar uma melhor interpretação da pesquisa. Para a última etapa da pesquisa foram utilizados os recursos de fontes orais através de questionários-entrevistas para alunos e professores de história e outro direcionado para os alunos. O objetivo dos questionários foi para complementar os dados não coletados ou mesmo não disponíveis nos documentos analisados. Para o desenvolvimento desse trabalho foi necessária a leitura de várias obras relacionadas com o ensino de história, educação no Brasil e principalmente sobre a Educação de Jovens e Adultos no país. Entre os vários autores utilizados nesse trabalho, foi fundamental as leituras de livros como a de Conceição Cabrine (1994), Paulo Freire (1994), Moacir Gadotti e José Romão (2005) e entre outros autores, que proporcionaram uma ótica e interpretação sobre o tema.

Palavras-Chave: Ensino de História, Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

In the present study aims to examine the difficulties of learning the Teaching of History in Education for Youth and Adults (EJA) in Beneditinos. Accordingly we made a historical approach on the teaching of history in Brazil, trying to make a brief history of how the teaching of history has been adapted to the Brazilian education. Since That adjustment, it mentioned the historical aspects of adult and youth education in Brazil, in Piauí and especially in Beneditinos. As sources, were used the laws relevant to the theme, as a way to help better interpret the survey. For the last stage of the research were used the resources of oral sources through interviews, questionnaires for pupils and teachers, being directed to teachers of history and another towards the students. The purpose of the questionnaires was to complement the data are not collected or not available in the documents analyzed. For the development of this work was necessary for the reading of several works relating to the teaching of history, education in Brazil and mainly on adult and youth education in the country. Among the many authors used in this work was the key readings of books such as Concei oCabrine (1994), Paulo Freire(1994), MoaciGadotti e Jose Rom o(2005) and other authors, who provided a perspective and interpretation on the subject.

Key words: Teaching of History, Education for Youth and adults.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1.O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO.....	12
2. O ESTUDO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	24
2.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE JOVENS E ADULTOS.....	29
2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....	30
3. EJA E OS MÉTODOS DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS E FONTES.....	52
APÊNDICE.....	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o propósito de apresentar uma análise sobre o ensino de História na educação de Jovens e Adultos (EJA) em Beneditinos, realizando uma discussão sobre os métodos e conteúdos utilizados pelos professores nesta modalidade. O mais importante é observar se os métodos utilizados pelos professores estão colaborando no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

O interesse pela pesquisa surgiu durante uma experiência vivida. Nesse período surgiu a curiosidade de saber por que o ensino da EJA é de certa forma superficial, trazendo materiais vagos, especialmente na disciplina de história que exige uma leitura mais ampla. Após algumas leituras feitas sobre a Educação de Jovens e Adultos e conversas com alguns professores de história e de outras áreas que já atuaram nesta modalidade, veio a preocupação de questionar e desenvolver a prática da EJA em Beneditinos.

Portanto, decidiu-se investigar e encontrar explicações que possam levar o melhor funcionamento do ensino de História EJA. Pretende-se fazer uma visão geral, abordando um pouco a história da educação e trajetória do ensino de história no Brasil, analisando suas principais mudanças e contribuições para a Educação de Jovens e Adultos.

No primeiro capítulo será trabalhada a trajetória do ensino de História no Brasil, destacando suas múltiplas faces de expressão e complexidade que envolve desde quando a História se tornou uma disciplina escolar no Brasil. No início o ensino de história foi responsável pela construção de alguns mitos da história brasileira, despertando uma consciência patriótica. Entre suas mudanças analisamos que no período da ditadura militar (1964-1985), a disciplina de História sofre algumas mudanças no ensino fundamental, especialmente na década de 1970 onde foram substituídas pela disciplina de Estudos Sociais. Já no início da década de 1980, o governo federal autoriza a implantação de licenciaturas curtas com a finalidade de formar mais profissionais em menos tempo, de certa forma o governo não estava preocupado com a qualidade de formação desses profissionais e sim em manter um controle no mercado capitalista. A partir do processo de redemocratização no Brasil, surgem novas visões sobre a educação no país, os professores começam a criar novas propostas de ensino para trabalhar a disciplina de História.

No segundo capítulo será feito um histórico da Educação de Jovens e Adultos, desde seu início, apresentando uma relação com o Estado Nacional na década de 1930 até a Nova

República analisamos suas principais mudanças, entre elas, as primeiras campanhas nacionais para erradicar o analfabetismo no Brasil, tendo uma participação marcante de Paulo Freire na década de 1960 com o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos que posteriormente foi extinto pelo golpe militar. Durante a ditadura foi concebido O Movimento Brasileiro de Alfabetização (O MOBRAL), sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural, oferecendo uma educação de massas, com a redemocratização o MOBRAL foi extinto, já na década de 1990 foram elaborados novos planos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mostrando novas propostas na tentativa de diminuir o índice de analfabetos no Brasil.

No terceiro capítulo, buscou-se descobrir a relação entre professores e aluno na EJA, para isso foi preciso o uso da História Oral, na tentativa de completar, ou mesmo esclarecer alguns dados que não foram possíveis analisar em documentos. Através de questionários-entrevistas aplicados para alunos da EJA, em seguida foi feita uma análise no material didático, e outros documentos que possam contribuir com a pesquisa.

Diante dessas interrogações e dos questionamentos que sugeriram, procurou-se realizar leituras na esperança de encontrar algumas respostas, portanto percebeu-se que era necessário realizar uma pesquisa mais profunda e detalhada, pois as leituras iniciais não foram bastante suficientes para esclarecer as dúvidas em relação à problematização encontrada, percebendo a grande importância do educador na área do Ensino de História, principalmente como formador de opiniões.

A partir dessa análise, pretende-se contribuir para um melhor entendimento do Ensino de História na EJA, buscando esclarecer através desta pesquisa, por que encontramos relatos de historiadores e educadores que levam à triste conclusão da deficiência do Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos. Nessa perspectiva, o trabalho está voltado para a compreensão dessa modalidade, da realidade em que os alunos se encontram, tentando incentivar um ensino flexível e de qualidade por parte dos educadores, propondo a redução do analfabetismo, tanto para gerações presentes como para gerações futuras. Nessa visão, a EJA é inserida dentro da esfera pública buscando uma aproximação com as outras modalidades de ensino. Portanto, além dos propósitos mencionados, este trabalho visa contribuir também para futuras pesquisas, a todos aqueles interessados em aprofundar essa temática, buscando assim compreender a problemática educacional brasileira.

1- ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

A Educação no Brasil tem relação com o estado desde o período colonial, quando os primeiros padres jesuítas aqui chegaram, na metade do século XVI, na intenção de cumprir um mandato do rei de Portugal, Dom João III, que formulou os “Regimentos”, aquilo que poderia ser considerado a nossa primeira política educacional. Nesse mesmo período, a Companhia de Jesus assumiu a responsabilidade pela conversão dos indígenas como afirma a historiadora Thais Nívia de L. Fonseca (2006, p.37). “No período colonial, a educação escolar no Brasil foi marcada pela atuação da companhia de Jesus, aqui chegada em 1549 com o Padre Manoel da Nóbrega”.

A presença da companhia de Jesus foi marcante no Brasil, principalmente no Sul do país, tendo influência em São Paulo, posteriormente seguindo para o Grão Pará e Maranhão, estabelecendo-se até o século XVIII, assim ressalta Thais Nívia de L. Fonseca...

A atuação dos jesuítas em relação aos indígenas, no campo da educação, estava revestida de um arsenal considerável de procedimentos e de estratégias destinados a garantir a eficácia do processo evangelizador(2006,p.37).

O ensino jesuítico tinha como eixos principais, o estudo da Teologia, da gramática, da retórica, das Humanidades, mas a História não se constituía como disciplina, na verdade ela tinha, somente, função instrumental, com objetivos exteriores a ela.

Com a reforma pombalina, a partir de 1759 os jesuítas foram expulsos, a reforma educacional tornou-se prioritária, por meio da implantação de uma educação pragmática que visava à formação dos quadros administrativos da burocracia estatal, que faria avançar o desenvolvimento do País e garantiriam sua autonomia frente às potências europeias de então. Como se percebe, a educação não é para todos, assim enfatiza Thais N. Fonseca:

Embora fundamentada no pensamento ilustrado, a reforma de pombal não deixava de ser aristocrata, pois o acesso à educação continuava restrito às elites, que agora se formariam nos quadros da modernidade pedagógica, como entendida pelo governo (2006, p.41)

De acordo com os parâmetros curriculares nacionais (1997), o ensino de história no Brasil tem sua introdução como disciplina no currículo escolar ainda na primeira metade do século XIX. Desde então, procura-se elaborar uma história nacional, tendo como principal objetivo, construir uma identidade nacional para o povo brasileiro.

A História como disciplina escolar obrigatória surgiu em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, inspirado no modelo francês. Nesse período, predominava os estudos literários voltados para o ensino clássico humanístico e destinados á formação de cidadãos proprietários e escravistas. A História dividia espaço com á História sagrada, a qual tinha mesmo estatuto de historicidade da História Universal ou civil, mas ambas estavam voltadas para a formação moral do aluno, caracterizando assim, a História do Brasil o modelo da História sagrada, onde as normativas morais sobre a vida dos santos foram substituídas por heróis considerados construtores da nação, especialmente, governantes e clérigos. Os principais ensinamentos eram projetos elaborados voltados á história portuguesa, em seguida entrava a história do Brasil, os conteúdos estavam direcionados aos grandes eventos da independência e da constituição do Estado Nacional.

No mesmo período foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), seus membros lecionavam no colégio Pedro II e assim foram responsáveis, pela formulação dos programas, elaboração de manuais e orientação de conteúdos a ser ensinados nas escolas públicas. Uma das propostas do ensino de História do Brasil era dar destaque a contribuição do negro e do índio na constituição da população brasileira.

O Ensino de História no Brasil passou por algumas mudanças contemporâneas como a criação do ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, em que se acentuou o fortalecimento do poder central do Estado e o controle sobre o ensino. Com a criação das universidades inicia-se a formação do professor secundário, e a partir daí, a História Geral e do Brasil foram integradas em uma área: História da Civilização.

Ainda na década de 1930. Inspirada na pedagogia norte- americana, a educação brasileira começou a adotar propostas do movimento escolanovista¹, entre aos quais os que se propunha a introdução dos chamados estudos sociais no currículo escolar, em substituição a História e a Geografia, especialmente para ensino elementar. A intenção era superar o conteúdo livresco e decorativo que caracterizava o ensino das duas áreas. Não se pode ignorar

que tal proposta de mudança estava carregada de intenções. A ideia era direcionar o ensino de história para um ensino cívico voltado para a formação de um novo cidadão.

Nas décadas de 1950 a 1970, o ensino de História voltou-se especialmente para as temáticas econômicas, os ciclos econômicos, sua sucessão linear no tempo. Nesse período, a importância do ensino de História na formação do cidadão político, passou a ser considerada fundamental para a formação intelectual do estudante, incorporavam objetivos para promover seu pensamento crítico. No entanto, foi precisamente no final dos anos 60 e o início dos anos 70 que o ensino da História sofre outra mudança. Como afirma Selva Guimarães Fonseca,

Com o golpe militar de 1964, o estado passa a se preocupar enormemente com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica sob a ótica da doutrina de Segurança Nacional, tendo como contrapartida a descaracterização e o esvaziamento do ensino de História nas escolas de 1º grau (1993, p.36).

Durante o período da ditadura militar, a educação no Brasil, foi cercada de controle por parte do governo. Ao mesmo tempo, acordos com os governos norte-americanos e com empresas particulares de ensino, abriram espaço para a privatização do ensino, barrada apenas pela mobilização dos estudantes no final da década de 70.

Mas os problemas com a educação pública se agravaram ainda mais, como enfatiza Coutrim(2005, p.208). ”Os grandes problemas da escola pública estão relacionados á baixa qualidade do ensino e ao baixo nível de renda do professor”. Não há dúvidas que tais problemas sejam o fruto do desmantelamento do ensino público em todos os níveis, do fundamental ao superior.

Os acontecimentos que marcam o período da ditadura militar de certa forma foram reprimidos. A História que tem a função de estudar as transformações sociais, seu objeto de estudo, em determinado momento, passa a ser oprimida. Na visão de Thais N. Fonseca,

A classe dominante (obviamente não de uma forma monolítica ou articuladamente intencional), ao tempo que intervém nos acontecimentos, ao procurar criar condições para sua própria dominação, tenta contar a história de seu jeito, isto é, selecionando o que deve ser dito. Os agentes sociais que devem ser lembrados e os que devem ser apagados da memória social (2006, p.34).

¹ Movimento em favor de uma educação nova que se esboçou teórica e praticamente a partir do final do século XIX em contextos europeu e norte-americano, e sua disseminação no Brasil tomou corpo, paulatinamente, a partir da segunda década do século XX.

Nesse sentido, procura-se ocultar a diferença e a contradição das relações sociais e não se deve adotar atitude de neutralidade. A história parte do exame de um objeto que se deu concretamente num tempo e num espaço determinado.

A ditadura militar que vigora no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, caracterizou-se pelo alinhamento capitalista, contexto que se traduziu em autoritarismo, em um modelo econômico altamente concentrado de renda, em um conjunto de reformas políticas e institucionais que visavam a uma reconstrução do país e a reestruturação da ordem. O papel da educação, como a meta para o setor, esteve estritamente vinculado ao ideário de Segurança Nacional e de Desenvolvimento Econômico. Segundo Thais N.Fonseca,

Uma das principais características de proposta é a desobrigação do Estado com o financiamento do ensino, especialmente dos níveis médio e superior. A constituição de 1967 deixou de vincular a porcentagem de verbas destinadas ao ensino no orçamento geral da União (2006,)

Dessa forma o governo pretendia de certa “calar” os estudantes e os trabalhadores. Segundo a ditadura, não deveria haver um relacionamento entre estudantes e trabalhadores para evitar que se manifestassem contra o regime ou reivindicassem seus direitos. A idéia que passava era que os estudantes se preocupassem com os seus estudos e os trabalhadores com os seus afazeres e o governo poderia agir sem questionamentos, sem nenhum protesto. Dentro desse contexto, o ensino de história de certa forma, sofre influências dos acontecidos ocorridos na época.

Diante do período crítico da História do Brasil e do ensino de história, podemos evidenciar de uma forma mais concreta, de como funcionou, essa repressão aos estudantes e educadores durante o regime militar, analisando o que definia alguns artigos do Decreto Lei n 477 de 26 Fevereiro de 1969, conforme esse decreto comete infração disciplinar e sendo possível de punição, nas formas seguintes da lei:

Art.1º [...] o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento público ou particular que:

I-Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha a finalidade á paralisação de atividade escolar [...].

III-Pratique atos destinados á organização de movimentos subversivos [...].

IV-[...] confeccione, imprima, tenha em depósito, distribuía material subversivo de qualquer natureza (1969, p.1).

Percebe-se que o governo criou meios “legais” para garantir que não ocorresse nenhuma forma de protesto ou manifestação contrária ao regime imposto. São decretadas várias punições, para os professores infratores, sendo uma delas a de demissão ou de dispensa, e constava ainda, a proibição de ser contratado pelo prazo de cinco anos. E no caso de alunos infratores, a pena era de desligamento e a proibição de se matricular em outro estabelecimento de ensino por um prazo de três anos.

No decorrer da década de 1980, ocorreram algumas reformulações no ensino de História, o qual passou a ser tratado de forma especial, mas com o objetivo de dificultar o resgate de uma formação integral dos jovens no Brasil. Outra estratégia do regime militar foi a autorização para o funcionamento dos cursos superiores de curta duração ou licenciaturas curtas. As licenciaturas curtas vêm acentuar ou mesmo institucionalizar a desvalorização e a consequente proletarização do profissional da educação. Conforme Selva G. Fonseca (1993,p.27), “as licenciaturas curtas cumprem o papel de legitimar o controle técnico e as novas relações de dominação no interior das classes”.

A implantação das licenciaturas curtas expressa a dimensão econômica da educação que passa a ser encarada como investimento e geradora de mercadoria e mão-de obra para o mercado capitalista. Como diz Selva G. Fonseca,

O papel dos cursos de licenciaturas curtas atendia a lógica desse mercado: habilitar um número de professores da forma mais viável economicamente: cursos rápidos e baratos exigindo poucos investimentos para sua manutenção (1993, p.26).

Assim sendo, é possível supor quão estreitamente ligados eram os interesses das minorias responsáveis pelo golpe militar de 1964 e os da burguesia internacional, que iriam determinar o texto legal e, mais ainda, os efeitos práticos sobre a ordenação da educação brasileira das leis N 5.540/68 e 5.692/71. Segundo Maria L. Ribeiro (1998, p.191), “Adeterminação dos interesses de minorias marcaram os textos das leis, uma vez que os grupos de trabalho eram compostos pelo novo governo para elaborar os protestos. ” Com isso a finalidade das licenciaturas curtas iria de encontro aos interesses da minoria dominadora favorecendo em partes aos seus próprios anseios, dessa forma percebemos que o compromisso pela educação ficava para um segundo plano.

Com a lei de 5.692/71, é introduzida a disciplina de Estudos Sociais que passa a englobar os conteúdos de História e Geografia em nível de Ensino Fundamental (1 grau). Nota-se que não se renovaram os conteúdos de história e esta continuou distribuída, seguindo uma ordem cronológica, sem nenhum tipo de proletarização. Os conteúdos eram divididos em História Geral nas 7 e 8 séries. Assim, percebe-se que essa estratégia do governo vai além da dimensão econômica, onde consistia o objetivo de um controle ideológico. Assim ressalta Chauí:

A ideologia considera que a elite está no poder não só porque detém os meios de produção, os pontos de autoridade e o Estado, mas porque possui 'competência' para detê-los. A elite detém o poder porque possui o saber. Esse saber permite a elite criar novos conhecimentos pelos quais aumenta seu próprio poderio. (1987, p.29)

Conforme, a portaria de n. 790 de 1976, só estavam autorizados a lecionar aulas de Estudos Sociais, os professores licenciados nos cursos de Estudos Sociais. Com isso, os professores de História, ficaram praticamente excluídos do ensino em nível de Ensino Fundamental. Nesse sentido, tal norma destituía os profissionais do ensino de história de participarem do processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas brasileiras, impedindo com isso de formularem juntamente aos alunos uma mentalidade crítica e formadora de opinião.

Somente, no ano de 1979, após várias manifestações e protestos, por parte dos professores, organizados em associações, o governo resolve estender aos professores licenciados em História e Geografia, a possibilidade de eles poderem lecionar aulas de Estudos Sociais no ensino fundamental. Essa abertura, ou melhor, essa reconquista de direitos perdidos, foi possível porque reflete além das pressões manifestadas pelos professores de História e Geografia. Um desgaste do Regime Militar. Iniciando assim, um processo de redemocratização do país, possibilitando novas formas de se pensar e buscar modificar a realidade presente.

Dessa forma, o ensino de História, mais uma vez vai sendo sutilmente vinculado aos princípios educacionais que o Estado pretendia aplicar nas escolas brasileiras. Outro objetivo é gradualmente imposto, que é a vinculação dos conteúdos moralizantes e cívicos da disciplina EMC-Educação Moral e Cívica, incorporados á grade curricular oficial. Comisso, as disciplinas de História, Geografia, e Estudos Sociais, cedem espaço no fluxograma

curricular para absorver os conteúdos de EMC e também de OSPB-Organização Social e Política do Brasil.

As instituições, e o próprio ensino fazem parte do controle social e ideológico do Estado e o programa de ensino de História prioriza o estudo dos fatos políticos institucionais, que representam a história da nação. As diretrizes da política educacional do país incentivaram uma grande produção de livros didáticos que desempenham um papel importante na reprodução da ideologia vigente e num ensino fragmentado. E no entendimento de muitas pessoas, ministrar aula de história não era muito importante, bastando que o professor reproduzisse conteúdos do livro didático.

Os conteúdos dos livros de Estudos Sociais já vinham prontos e acabados. O ensino de História tornou-se algo repetitivo, usava-se o método de decorar datas e fatos mais importantes, o aluno não podia construir um conhecimento possível de fatos mais importantes, o aluno não podia construir um conhecimento possível de reflexão crítica. O papel da educação favorecia a legitimação da memória dos dominantes. O que se via nos conteúdos era apenas a versão de uma verdade absoluta sobre determinado tema. Os conteúdos trabalhados no ensino de História apareciam como algo totalmente externo à realidade do aluno, não havia interesse em forma profissional, ou seja, professores que pudessem em sala de aula, criar situações em que os alunos fossem capazes de refletir sobre os acontecimentos do passado e do presente. Como afirma Conceição Cabrini,

Acreditamos que tratar um conteúdo vinculado à realidade do aluno permitia mais facilmente se chegar com ele ao conhecimento concreto do objeto, à sua descoberta, ou seja, aprende-lo em seu movimento, em suas contradições (1994, p.39).

Isso explica o porquê do governo do Regime Militar optar por uma formação “precária” e deficiente dos profissionais na área de história. O papel do professor era aprender a transmitir, para isso ele não precisava pensar e refletir. A desqualificação do professor de História foi parte de uma estratégia para o poder político autoritário manter-se dominado sem receber nenhum tipo de questionamento.

A finalidade básica dos Estudos Sociais seria ajustar o aluno ao seu meio, preparando-os para futuras responsabilidades como “cidadão”, no sentido do “cumprimento

dos deveres básicos para a comunidade, Estado e Nações”. Segundo Thais N. Fonseca (2004, p.58), “Nessa concepção os homens não aparecerem como construtores da história, ela é conduzida pelos grandes vultos, cultuados e glorificados como únicos, sujeitos históricos”.

Nesse sentido o papel do professor, em especial de Estudos Sociais, que foi idealizado pelo sistema vigente, tinha que ter uma formação generalizante e superficial. Não havia a necessidade de fornecer instrumentos que permitissem analisar e compreender na realidade que o cercava, importante é o que ele devia aprender a transmitir.

No entanto, sabemos que as dificuldades para esses profissionais seriam enormes. O Professor teria um papel de suma importância na formação de alunos, que ingressariam na escola esperando encontrar um local de conhecimentos, e que esse conhecimento pudesse transformar sua realidade. De acordo com Conceição Cabrini:

São as concepções do professor sobre ensino /aprendizagem e sobre história que dimensionam seus objetivos educacionais mais gerais, [...] quais os conteúdos a tratar, quais as atividades para desenvolver e mesmo quais as formas de avaliação de seus alunos [...]. (1994, p.15).

Nesse sentido, além das concepções de ensino /aprendizagens certamente também influenciaram o ensino, as concepções teóricas e metodológicas do professor, pois é esse conjunto que vai moldar o tipo de profissional que vai atuar em sala de aula. Assim, torna-se necessário que os professores da área de história possuam uma formação que lhes possibilitem condições mínimas de oferecer aos alunos um ensino capaz de despertar um senso crítico. No entanto, sabemos dessa defasagem do estado em formar professores capazes de transmitir um ensino crítico e de qualidade.

Percebe-se que havia um descaso por parte do governo em formar profissionais para transmitir um conhecimento histórico de forma crítica. Com o fim do Regime Militar passaram a discutir novas questões sobre a educação, agora de forma aberta e democrática, com a participação de educadores e membros da sociedade civil. A partir desse momento era preciso superar o sentido político que a educação vivenciou durante o período do Regime Militar. Agora com a participação democrática e a contribuição de pensadores de várias áreas do conhecimento, a educação passava a ser vista no sentido mais pleno, não só no sentido pedagógico, mas também nas questões que se referem à sala de aula, e a didática empregada pelos educadores.

Dessa forma, vejamos como é importante o papel do professor de História nesse processo, pois, segundo Paulo Freire:

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa dos homens (1987, p.37).

O tribunal Superior Eleitoral (TSE), no final da década de 1980 divulga uma pesquisa, em que os dados são números preocupantes, pois mostra o verdadeiro descaso com a educação no país. O TSE consta que 68% dos eleitores são analfabetos, semi-analfabetos ou não completaram o ensino fundamental. Outro número que mostra o descaso é que apenas 4,6% do total dos gastos da União foram destinados á educação.

As pesquisas mais recentes mostram sobre o analfabetismo mostram que já houve algum avanço no esforço de procurar amenizar o analfabetismo no Brasil, Nesse contexto, as reformas educacionais foram sendo estimuladas e orientadas por organismos internacionais como: o Fundo Mundial de investimentos –FMI e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura –UNESCO, e podemos dizer que esse tipo de estímulo serviria como uma moeda de troca, sob a forma de programas de ajuda financeira aos diversos setores do Estado. Esses organismos internacionais orientavam e determinavam algumas diretrizes a serem seguidas, podemos citar como exemplo: a ênfase dos gastos públicos em cima do ensino básico, principalmente, no ensino fundamental e também o estímulo á privatização dos serviços educacionais.

Ao analisarmos a trajetória do ensino de História no Brasil, percebemos que o ensino de história foi prejudicado e serviu como construção de nação conforme os moldes e os interesses de cada época. Muitas vezes as limitações impostas não deixaram avançar e nem realizar pesquisas para promover uma educação mais abrangente, mais critica e com possibilidades de alcançar o maior número de cidadãos possíveis. Como exemplo dessas limitações, durante o Regime Militar o Brasil vivenciou um período de limitações, foram impedidos de se manifestar, Muitos professores foram excluídos do ensino, da direção e do comando da educação, e também de realizar pesquisas na área. As instituições de ensino eram obrigadas a seguir os currículos oficiais, onde estavam recheados de interesses do governo. O principal objetivo da educação seria procurar legitimar as ações do governo. Mas também não

podemos deixar de perceber que mesmo durante períodos considerados democráticos, a educação, ou seja, o ensino é sempre vinculado aos interesses de cada momento. Durante o Regime Militar no Brasil, o ensino de História foi transformado em aliado do governo, que necessitava legitimar o poder e criar formas de instruir os cidadãos de acordo com os novos valores a serem ensinados.

É importante analisarmos que nesse período de opressão aconteceram protestos de profissionais da área de história, estudantes que tinham o propósito de sugerir novas abordagens da educação brasileira, devido a esses inúmeros protestos, muitos tiveram que deixar o país, sendo que outra camada revolucionária continuou com seus desejos e projetos de evidenciar um ensino consciente e humanístico para a sociedade, ou seja, a redemocratização da educação.

Nesse sentido, Elza Nadai analisa a importância do professor de história como formador de opiniões, no contexto de alcançar uma educação de qualidade, frente a constante opressão em que viviam.

Acredito que o processo de recuperação da História do Ensino de História, ou mesmo da constituição da escola no Brasil, e da própria organização e seleção dos conteúdos veiculados é o ponto nevrálgico deste Seminário, porque, inegavelmente, é da análise e da apreciação crítica do processo de reconstituição desse passado, que nós teremos condições de criar e de organizar novas práticas que possam dar conta das modificações e das questões que estão atualmente nos desafiando (1988, p.110).

Levanta-se a hipótese de que a constituição da História do Ensino de História como objeto de pesquisa é uma das características próprias da geração que surge no período da redemocratização. Diante do apagamento do passado e da ruptura do desenvolvimento da sociedade civil, principalmente depois de logrado o objetivo de derrotar o regime, impõe-se a necessidade de recuperar o passado. Outro fator de estímulo a essa temática é a existência de referenciais teóricos e metodológicos de pesquisa acumulada pela História e pela História da Educação, que permite abordagens que partem em busca do esclarecimento das necessidades imediatas de orientação temporal, o que ocorre com temas como o autoritarismo dos programas e manuais e a sua superação em outros momentos históricos ou a investigação sobre o tratamento do nacionalismo e da identidade nacional e seus dilemas em outras conjunturas históricas.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, abre-se uma discussão sobre criar um mecanismo mais eficiente para melhorar a educação brasileira, ou seja, os professores começaram a criar propostas de ensino baseado na nova fase de redemocratização do país, conforme a Constituição Brasileira de 1988, onde ficou estabelecida a obrigação da União em elaborar Parâmetros Curriculares que possam orientar as ações educativas do ensino obrigatório.

Portanto, podemos considerar que a abordagem histórica do ensino de história chega a ser constitutiva da disciplina, o campo de investigação sobre o ‘ensino de historia’, explodiu-se significativamente nas últimas décadas, atribuindo discursões sobre o que ensinar, para quem, a serviço de quem, e por que ensinar. Com esse objetivo, propõe-se apresentar no capítulo seguinte a situação atual da Educação de Jovens iniciando a discussão através de uma revisão histórica das políticas de educação de adultos nas grandes reformas educacionais.

2- O ESTUDO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é um campo especializado da Educação, que a partir da 2ª Guerra Mundial passou a ser responsabilidade de Estado brasileiro. Esta modalidade de ensino foi criada com o fim específico de aceleração da alfabetização, pois a mesma funcionava como uma extensão da Educação formal para todos, todavia visando um público menos favorecido da população urbana e rural.

A Educação de Jovens no Brasil está intimamente ligada à industrialização do país e ao seu desenvolvimento urbano, graças às pressões sociais e de mercado em 1940, esta modalidade de ensino se firma como questão social nacional e conseqüentemente política por meio da Constituição de 1934, instituída a obrigatoriedade do ensino primário para todos países.

De acordo com José Luís de Paiva Belo, a Educação de Jovens e Adultos em âmbito histórico pode ser dividida em três períodos:

1º-de 1946 a 1958, quando foram realizadas campanhas nacionais de iniciativas oficiais para erradicar-se o analfabetismo.

2º-de 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos tendo a participação marcante de Paulo Freire. Esse Congresso abriu as portas para o problema da alfabetização que desencadeou o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire extinto pelo golpe de Estado 1964.

3º-O MOBREAL, que foi concebido como um sistema que visava ao controle da alfabetização da população, principalmente a rural. Com a redemocratização em 1985, a "Nova República" conhecida no governo de José Sarney, extinguiu MOBREAL e criou a Fundação Educar. Sendo assim, a Educação de Adultos foi extinta. (1993, p.31).

A partir da década de 1960, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil ganha corpo ampliando-se o ginásio, pois anteriormente a Educação era oferecida apenas nas séries iniciais (primário). Nesse momento o Ensino brasileiro de modo geral adquiriu um novo aspecto teórico e pedagógico com o surgimento em 1964 do educador Paulo Freire. "[...] ao destacar a importância da participação do povo na vida pública nacional e o papel da educação para sua conscientização "(SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2005,P.12).

Segundo Paulo Freire (1970, p.72), ‘‘Nos anos 40 a Educação de Adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a Zona rural. Já na década de 50, esta Educação era entendida como um ensino de base’’. Com isso surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na Educação de Adultos. Esta modalidade era entendida como uma educação libertadora (conscientizadora) pontificada por Paulo Freire e educação funcional (profissional).

Essa nova forma de fazer educação enfrentou grande repressão com militarismo de 1964, onde apenas algumas iniciativas desenvolvidas em igrejas, associações de moradores, organização de base local, etc. persistem em desenvolver educação popular com intencionalidade política.

O governo militar promove a partir de 1965 a 1971, a expansão da cruzada Ação Básica Cristã (ABC), dirigida, por evangélicos no Recife, tendo como objetivo de ensinar o analfabetismo. Em 1967, surge por meio do governo o movimento brasileiro de alfabetização. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que propõe princípios opostos aos de Paulo Freire. Pregava a alfabetização e educação continuada para jovens e adultos, neste clima é criado em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.5.692/71), onde foi criado o ensino supletivo.

Neste mesmo período o ensino supletivo ganha capítulo na LDBN, n.5.692/71. para ‘‘suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não tinham seguido ou concluído na idade própria’’, (SECRETARIA DA EDUCAO, 2005,P.13). Os Conselhos de Educação Estaduais passam a organizar os cursos e exames supletivos educacionais. Inicia-se a ideia de flexibilização curricular. O Mobral passa a funcionar em todo o país de forma diversificada. Foi criado o Programa de Educação Integrada (PEI), que condensava o primário em poucos anos e abria perspectivas de continuidade para os recém-alfabetizados do Mobral. O MEC institui em 1971 o ensino supletivo e a escolaridade se ampliou para a totalidade do ensino de 1 grau, redefinindo-se assim as funções desse ensino. O MEC promoveu ainda a implantação dos centros de Ensino Supletivos (CES), para atender a todos.

Segundo o parecer n.699/72  função do ensino supletivo:

Suplência, ou seja, substituição compensatória do ensino regular pelo supletivo via cursos e exames com direito a certificação de ensino de 1 grau para maiores de 18 anos e de ensino de 2 para maiores de 21 anos; o suprimento ou complementação da escolaridade inacabada por meios de cursos de aperfeiçoamento e de atualização; a aprendizagem e qualificação (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2005, P. 13).

De acordo com Leôncio Soares, o parecer n 699/72 do conselheiro Valnir Chagas estabeleceu a doutrina para o ensino supletivo:

Os exames supletivos passaram a ser organizado de forma centralizada pelos governos estaduais. Os cursos por outro lado passaram a ser organizados e regulamentados pelos respectivos conselhos de educação (2002, p.93).

Este parecer foi elaborado para da fundamentação ao que seria a doutrina de Ensino Superior. A novidade trazida pelo parecer n 699/72, estava em implantar cursos que dessem outro tratamento ou atendimento á população que se encontrava fora da escola a partir da utilização de novas metodologias. Nesse período, por meio das pressões populares organizadas pelos sindicalistas e comunistas de base em especial, por uma educação popular autônoma e reivindicativa O governo federal então instituiu o 3º Plano Setorial de Educação Cultural e Desporto (1980-1985), tomando como base a redução das desigualdades e assinalando a educação como direito fundamental para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania. As concepções pedagógicas e inovadoras passaram a fazer parte do ensino supletivo. Surgiram os programas de caráter compensatórios que objetivavam recuperar o atraso dos que não haviam usufruído da escolarização de acordo com sua faixa etária.

Ainda segundo Leôncio Soares, durante o período entre 1964 e 1985 foi revelado que o Estado procurava introduzir a utilização de tecnologias como meio de solução para os problemas da Educação.

Esta ideia de tecnologia a serviço do econômico e do pedagógico perdurou por todo o período estudado. O Estado se propunha a oferecer uma educação de massas, a custos baixos com perspectiva de democratizar oportunidades educacionais “elevando” o nível cultural da população, nível este que vinha perdendo qualidade pelo crescimento do n de pessoas segundo sua visão (2002, p.120).

O Mobral foi extinto em 1985 com o fim do governo militar, em substituição deste, surge a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), com a função em especial de fomentar o atendimento às series iniciais do 1 grau, a produção de material e a atividades. Em 1990, esta é extinta e os órgãos públicos juntamente com entidades civis e outras instituições passaram a desenvolver sozinhas as responsabilidades educativas pela educação de jovens e adultos.

Ainda na década de 90, o Brasil participou da Conferencia Mundial de Educação para todos na Tailândia, nesta foi discutida a necessidade de expansão e melhorias do atendimento público na escolarização de jovens e adultos. Mas somente em 1994 foi concluído o Plano Decenal, definindo metas para o atendimento de jovens e adultos pouco escolarizados.

A Nova LDB n. 9.394/96 dedica a Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma seção a qual reafirma o direito deste a um ensino básico adequado às suas condições e o dever do poder público de oferecê-lo gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos, nesta a idade mínima foi alterada para 15 anos, no Ensino fundamental e 18 anos, para o Ensino médio, inclui ainda a Educação de Jovens e Adultos no sistema de ensino regular.

As diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de Jovens e Adultos-resolução CNE/CEB N.1/2000 definiu a EJA como modalidade da Educação Básica e como direito do cidadão, afastando-se a ideia de compensação e suprimimento, assumindo a de reparação, equidade e qualificação- o que representa uma conquista e um avanço.

No âmbito internacional dentre os acontecimentos, marco da luta pela educação de jovens e adultos destaca-se: a V Confinteia de 1997 (Conferencia internacional sobre Educação de Jovens e Adultos), na Alemanha precedida pela Conferencia Regional preparatória da América Latina e Caribe, realizada no Brasil no mesmo ano. A Confinteia objetivou:

[...] manifestar a importância da aprendizagem de jovens e conceber compromissos numa perspectiva de educação ao longo da vida que sustentável e equitativo, de promover uma cultura de paz baseada na liberdade, justiça e respeito mútuo e de construir uma relação sinérgica entre educação formal e não formal (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2005. p.14)

Estes objetivos estavam em consonância com as demais Conferências (anteriores). Segundo esta conferência, a EJA deveria considerar o conhecimento e aprendizagem permanente.

Hoje, o governo encontra-se desarmado teórico e praticamente, para enfrentar o problema de oferecer educação de qualidade para todos os brasileiros. Apesar da vigência da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, do Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para todos e da nova LDB n 9.394/96, o Governo Brasileiro não vem honrando seus compromissos em relação ao importante e delicado problema.

Moacir Gadotti & José Romão retrataram bem essa idéia a cerca dos direitos e deveres da educação ao afirmar que:

Impossível se pensar em erradicação do analfabetismo e elevação do nível de escolarização da população, se o sistema educacional, como um todo orgânico, não responder com qualidade sua tarefa independente de idade. (2005, p.120).

Nesse sentido, educação é um direito de todos e dever de Estado, que deva juntamente com os demais sujeitos envolvidos neste processo, subsidiar aparatos suficientes para que a educação cidadã ocorra de fato.

2.1 - Legislação Brasileira da Educação de Jovens e Adultos

Na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9.394/96 constam no título V, Capítulo na, Seção V, dois artigos relacionados, especificamente, á Educação de Jovens e Adultos:

Art.37- A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

1º Os sistemas de ensino asseguraram gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante e exames.

2ºO poder público viabilizara e estimulará o acesso e permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art.38 – Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão no nível de conclusão do ensino fundamental para maiores de quinze anos.

II No nível de conclusão do ensino médio para os maiores de dezoito anos.

2ºOs conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e conhecidos mediante exames

O Plano Nacional de Educação tem como um dos objetivos e prioridades:

Garantia de ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso na idade própria ou que não concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade. Considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como um ponto de partida e intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial da constituição brasileira. Envolve ainda a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-introdução: objetivos e propriedades dois).

Como se vê, a Educação de Jovens e Adultos é multicultural, com o propósito de desenvolver o conhecimento e a integração da diversidade cultural, como afirma Moacir Gadotti e José Romão,

Uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação, para isso, os promovedores da educação devem conhecer bem o próprio meio de educando, pois é a partir do conhecimento da realidade dos discentes é que se realizará uma educação de qualidade (2005, p.120).

Considerando a própria realidade dos educando, a escola conseguirá promover a motivação necessária á aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo obter mais conhecimentos. Os jovens e adultos querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatar sua autoestima, pois sua ‘’ignorância ‘’ lhes trará ansiedade e ‘’complexo de inferioridade’’ Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade.

2.2 - Educação de jovens e Adultos-EJA

A Educação de Jovens e Adultos possibilita ao educando lê, escrever e compreender a língua, o domínio dos símbolos e as operações matemáticas básicas, os conhecimentos essenciais das ciências sociais e naturais, e o acesso aos meios de produção cultural, comunicação e o esporte.

De acordo, com Gadotti & Romão,

Esta educação permite a compreensão da vida moderna em seus diferentes aspectos e o posicionamento crítico do individuo em face de sua realidade. Deve, ainda, propiciar o acesso ao conhecimento socialmente produzido que é patrimônio da humanidade (2005, p.120).

Deve ser considerada a densidade destes grupos sociais tais como: perfil sócio econômico, dando espaço ao pluralismo e á solidariedade na sua promoção, na oportunidade de espaço e na alocação de recursos. Lembrando que estes alunos chegaram á escola com ideias e conhecimentos adquiridos no seu cotidiano cultural, social e econômico, onde a escola geralmente deve agir de forma que valorize estas experiências, o contexto dos jovens e adultos.

Segundo Álvaro Vieira Pinto (2003, p.83). “Educação de jovens e adultos objetiva atuar sobre massas, para que estas, pela elevação de seu padrão de cultura, produza representantes mais capacitados para influir socialmente”. Para Soares,

A educação de jovens e adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para os que não tiveram acesso e nem domínio de escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na construção de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (2002, p.32).

Este público (analfabeto), diferentemente de uma criança, não necessita em processo de aprendizagem da atualização de métodos iguais aos das crianças como reflete Álvaro Vieira Pinto (2003, p.87), “[...] consiste na ‘retomada do conhecimento de um ser humano que, culturalmente, estacionou na fase infantil. O adulto é considerado assim um atrasado’”. Segundo o autor, esta é uma ideia “falsa” e “ingênua”, pois não considera um adulto um “sabedor”, que o desenvolvimento mental do homem fundamental do homem é de natureza social, faz-se pelo trabalho, e que o desenvolvimento não para pelo fato de o indivíduo permanecer analfabeto, desconsiderar também a evolução de suas faculdades cerebrais e suas contribuições na evolução da comunidade.

O educador é parte fundamental neste processo de aprendizagem, todavia este segundo Álvaro Vieira Pinto deverá,

[...] considerar o educador como um ser pensante. É um portador de ideias, dotado frequência de alta capacidade intelectual que se revela espontaneamente em sua alta conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral [...]. Mas, se o educador possui uma consciência verdadeiramente crítica, que não pretende se sobrepor ao educando (em essência catártico) o analfabeto revela uma capacidade de apreensão e uma agudeza de vistas que o equiparam à média dos indivíduos de sua idade em melhores condições (2003,p.83).

Portanto, mesmo que o educando, jovem ou adulto seja um analfabeto, isso não significa que ele seja um atrasado, pois sua experiência extraescolar também será uma formação cidadã levada em consideração. Conforme destaca Gadotti & Romão,

O contexto cultural do aluno trabalhador deve ser a ponte entre seu saber e o que a escola pode proporcionar, evitando, assim, o desinteresse, aos conflitos e a expectativas de fracasso que acabam proporcionando um alto índice de evasão (2005, p.121).

Dessa forma a escola para os jovens e adultos em sua atuação no processo de ensino aprendizagem buscará construir uma identidade própria, adequando seu conteúdo ao educando e seus anseios e não este adequar-se a esta, dessa forma muito poderá contribuir para a efetividade do ensino e progressivamente para a diminuição da evasão escolar.

Ainda sobre o ensino de jovem e adulto Álvaro Pinto (2003, p.86) ressalta que: “Deve partir dos elementos que compõem a realidade autêntica do educando, seu mundo de trabalho, suas relações sociais, suas crenças e valores, gostos artísticos, gíria, etc.”

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação ,segundo Moacir Gadotti (2005), dá pouca importância à educação de jovens e adultos, pode-se perceber este fato pela quantidade de artigos, apenas dois que são atribuídos a essa modalidade de ensino. Este fato é extremamente grave para o contexto do sistema educacional, considerando a importância da educação para o crescimento de um país e ainda o número alarmante de jovens sem escolaridade e com estudos incompletos.

Este quadro é mais alarmante quando se sabe que os diagnósticos, planejamentos das ações da educação da EJA não estão atendendo as expectativas deste segmento, devido a escassez e inconsistências das estatísticas oficiais, mas sabe-se que é fundamental um corpo sistemático de conhecimento na área da EJA para subsidiar a prática pedagógica(Moacir Gadotti E José Romão 2005,p.123) Conforme os autores supracitados: ”observa-se que as universidades e os centros de pesquisas tem sido pouco presentes ao enfrentar os desafios colocados pela EJA”(et.al,p.123).

A problemática enfrentada no ensino de Jovens e Adultos não está somente ligada à falta de recursos e à falta de vontade política dos governantes. Está ligada principalmente à falta de afetividade e motivação por parte da escola. Conforme afirma Içami Tiba (1998, p.124): ”Querer conquistar algo que seja importante, atingir uma meta pretendida, satisfaz a autoestima, conseguir amar e ser amado podem ser motivações importantes para quebrar o clima do tanto faz”. É preciso redefinir metas a ser atingidas com o aluno da EJA mesmo que seja necessária a implantação de especialistas na escola como psicólogos e psicopedagogos.

Mesmo reconhecendo que os alunos do ensino da Educação Jovens e Adultos não tiveram a oportunidade de escolarização na idade própria, é importante ressaltar que existe um desconhecimento das capacidades desses alunos por parte da no ensino de Jovens e Adultos, esse desconhecimento, minimiza o ânimo do aluno para continuar estudando e despertar nele a vontade de abandonar os estudos, ressaltado por Içami Tiba,

É como de o próprio saber para eles fosse suficiente. Se aprender é como comer os alunos não revelam apetite. Eles sofrem de anorexia do saber a comida que lhes é oferecida não desperta nenhum apetite. (1998, p.154)

Nesse sentido é importante analisar que o dever do educador é estar sempre incentivando o aluno. Paulo Freire (1997, p.65) enfatiza que “A afetividade como elemento motivador no processo de ensino ,é indispensável em todas as modalidades, inclusive no ensino de Jovens e Adultos “. Para o autor, a afetividade existe na luta contra o egoísmo. Não há educação sem amor, então o amor ao que se faz a profissão é fundamental para a prática pedagógica.

Geralmente os alunos do ensino de jovens que não tiveram a oportunidade de ir a escola na idade própria, atuam de alguma forma na sociedade, participando do processo de escolha de representantes políticos e ocupam um espaço na sociedade, desmistificando a ideia de que são incapazes e de que não podem participar e decidir no processo de transformação da sociedade.

Considerando-se, portanto dever da união dos estados, municípios e escolas a garantia da qualidade no ensino aos alunos da EJA, considerando que os mesmos terão que prosseguir seus estudos em caráter regular, portanto Paulo Freire (1997, p.77), afirma que ensinar exige, respeito, autonomia, do ser educando, seja ela criança., jovem ou adulto. Coloca que ensinar requer apreensão da realidade: capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou mais que isso, implica a nossa habilidade de aprender sustentividade do objeto aprendido”.

Pode-se dizer que existiram grandes conquistas no âmbito educacional especificamente de Jovens e Adultos, onde a compensação mudou para direito do cidadão, todavia ainda não foi suficiente para amenizar os índices do analfabetismo no Brasil, Leôncio Soares.

De acordo com o MEC/Inep/SEEC o número de matrícula vem crescendo no âmbito municipal, este fato pode ser percebido quando se compara os números de matrículas onde em 1997 eram 683.078 matriculados, em 1999 era de 821.321, sendo necessária no presente momento a permanência desses alunos nas escolas para que se possa efetivar o ensino aprendizagem (2002, p.20).

No entanto, essa modalidade de ensino vem surgindo da ideia da política inovadora de Paulo Freire (1997, p.81)'' Aprender a ler, a escrever, alfabetizar, é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação dinâmica que vincula linguagem a realidade'', e de outros teóricos que contribuíram para a formação dos jovens e adultos pouco atraente e acreditando, o que torna muitas vezes desordenada a evasão e a repetência, por falta da conscientização política e moral dos sujeitos envolvidos neste processo deixando a desejar quando a função da escola, local de progressão e evolução profissional, daqueles estudantes trabalhadores excluídos da sociedade.

Dessa forma, seria necessário que os professores de história implantassem metodologias criativas, capazes de inovar e transformar suas aulas dinâmicas e inovadoras utilizando além do livro didático outros recursos, para que o cotidiano escolar seja significativo e atraente, proporcionando um disputar ideológico, que devesse conduzir os jovens e adultos para o meio social como cidadão crítico, questionador e formador de opiniões.

No próximo capítulo foi utilizada uma pesquisa de campo em duas escolas municipais de beneditinos, objetivando dados, informações sobre as propostas utilizadas para o ensino de história na Educação de Jovens e Adultos, além de utilizar as fontes orais (questionários e entrevistas), em que esse conjunto de fontes levantadas pudesse esclarecer o uso do Ensino de História na sala de aula.

3- EJA E OS MÉTODOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Desde a aprovação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96), a Educação de jovens e adultos – EJA tornou-se uma modalidade de ensino como qualquer outra, as especificidades referentes a este ensino precisa ser norteada. Dá-se então a necessidade de um documento que viesse reger essa educação, tão importante para formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais objetivam orientar os estabelecimentos de ensino, bem como os profissionais que se destinam a oferecer esse tipo de educação, deixando bem claro as funções os fundamentos e o conceito da EJA, sempre na perspectiva de esclarecer que essa modalidade de ensino é tão necessária e fundamental quanto às do ensino normal.

A Educação de Jovens e Adultos tem sido ao longo da história um campo politizado, em que foi visto uma compensação, mas ainda requer bastante tempo para que a EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do pleno desenvolvimento do educando. De acordo com as bases legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para esta modalidade de ensino, a Educação de Adultos torna-se mais que um direito: é chave para o século XXI, segundo Leôncio Soares (2002, p. 41), “é tanta consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade”. Essa condição dentro do caráter ampliado, os termos “Jovens e Adultos” indicam que em tantas cidades e em qualquer época é possível constituir conhecimentos, o ensino da EJA de certa forma promove a “autonomia” dos Jovens e Adultos, de modo que eles sejam sujeitos do aprender, do fazer, do conhecer, do agir e do conviver.

Neste capítulo será feita uma abordagem analítico-interpretativa sobre o ensino de História na EJA. Para esta análise, foi feita uma pesquisa de campo em duas escolas municipais de EJA da cidade de Beneditinos-PI, sendo elas Raimundo Araújo Prado e Ginásio Estadual Luiz Alves de Almeida ambas localizadas em Bairros diferentes, tendo como propósito central analisar as dificuldades dos alunos da EJA no que concerne ao Ensino de História, fazendo-se necessária a utilização das entrevistas dirigidas aos professores de história e também aos alunos, através de questionários, como forma de captar essas dificuldades inerentes ao ensino de História do Brasil.

Para esta etapa, o uso das fontes orais foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, ajudando a esclarecer documentos que não foram encontrados durante a pesquisa. O

método utilizado – os questionários – contém perguntas direcionadas para esclarecer pontos importantes como o ensino aprendizagem aplicado em sala de aula.

Sobre o uso da oralidade, Marieta Ferreira aponta a importância de sua utilização:

A história oral interessou-se pela ‘oralidade’ na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundar análise histórica com base na criação de fontes inéditas ou novas [...] fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros (2001.p.16-17).

Nesse sentido, a intenção da utilização da história oral veio para enriquecer os detalhes que não foram possíveis analisar com os materiais coletados.

É importante colocar que para realizar esta etapa foram encontradas algumas dificuldades, principalmente no momento de ter acesso às fontes oficiais da Secretaria Municipal de Educação, infelizmente, os dados oficiais necessários para uma melhor fundamentação não foram coletados diretamente na Secretaria. O acesso a alguns dados da secretaria nos foram negado, ou muitas vezes apresentados como indisponíveis, alegando não existir um controle direto para que sejam acessados por pessoas interessadas em conhecer a realidade de alguns números oficiais da educação de jovens e adultos em Beneditinos.

Diante desse obstáculo, o melhor caminho para prosseguimento da pesquisa foi a coleta de dados diretamente nas escolas, nesse caso, contando com a colaboração do corpo docente e discente das escolas. Nesse contexto a primeira escola trabalhada, Raimundo Araújo Prado, possui em média 60 alunos na Educação de Jovens e Adultos no turno da noite, no geral são 15 professores, sendo que 8 são efetivos e 7 são estagiários, dentre eles dois professores de história, sendo que um destes, fazem parte do corpo docente da escola, atualmente trabalham no período diurno no ensino normal, mas nos últimos anos apresentaram uma ligação com a EJA.

A segunda escola utilizada para a pesquisa foi a escola Luiz Alves de Almeida que possui 68 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, no geral 14 professores sendo 6 efetivos e 8 estagiários constando-se dentre estes apenas dois professores de historia.

No entanto, foram utilizados dois modelos diferentes de questionários-entrevistas, um para professores e outro para alunos. Para resguardar as identidades dos entrevistados

utilizamos alguns códigos em forma de símbolos para identificar os entrevistados: no caso dos professores Prof^a1, Prof^a2, Prof^a3, Prof^a 4, e para os alunos-Aln1,Aln2,Aln3,Aln4 e Aln5.

Para os professores foram feitas perguntas na tentativa de se conhecer as teorias metodológicas utilizadas por eles em sala de aula, os conteúdos trabalhados e o critério das escolhas desses conteúdos, procuraram-se também descobrir as dificuldades dos Jovens e Adultos em aprender os assuntos do ensino de historia.

Dentre o universo de questionamentos, foram selecionadas as perguntas a seguir: Para se ter uma visão da metodologia usada pelos professores foi feito o primeiro questionamento acerca da formação inicial e pratica dos mesmos na Educação de Jovens e Adultos. Vejamos o que responderam os entrevistados. De acordo com os professores,

Estou em fase de conclusão de curso, e quanto a prática na EJA é uma novidade, pois de certa forma temos que ser cuidadosos com este sistema de ensino e contribuir para a formação de uma consciência critica e independente nos alunos (Prof1).

Nesse sentido, o Prof1 alerta sobre os cuidados para essa modalidade de ensino, no que tange aos seus aspectos cognitivos, visando uma autonomia e formação critica do alunado. Veja o depoimento do Prof. 3 acerca do assunto:

Sou especialista em historia do Piauí e atuo a quase dez anos na rede, com a prática que construí ao longo desses nos. Vejo que todas as disciplinas são importantes para esta modalidade de ensino, em especial a historia é bem mais especifica, pois trata da formação social do individuo em meio ao seu contexto sócio-cultural. (Prof3).

Conforme a opinião deste entrevistado percebe-se que a bagagem teórica do docente aliado á experiência em sala de aula contribui para melhoria desta modalidade de ensino, no tocante á construção de uma mentalidade sociocultural no ambiente da sala de aula, permitindo aos alunos o discernimento de sua realidade envolta.

Segundo o Prof4, ‘Sou graduado, tenho três a seis anos de pratica na modalidade’. Já o Prof2, afirma: ‘Sou graduado ainda não encontrei uma maneira adequada de despertar o senso critico nesta modalidade, não sei se é a metodologia que utilizo ou a falta de empolgação do publico.’

Percebe-se então que dentre os entrevistados, o Prof2 chamou a atenção em virtude de uma problematização acerca desse ensino, ao afirmar dúvidas, sobre se essas dificuldades estariam na metodologia utilizada pelo professor ou se remeteria á falta ou a pouca motivação dos alunos da EJA. Considerando as duas vertentes de pensamento, ele mostrou em sua fala que dentre o universo de entrevistado, foi o que apresentou maiores dificuldades na pratica metodológica do ensino da EJA. Já o Prof4 apresentou um comentário curto e direto.

Por ser um publico que não possui consciência critica bem definida, não se pode cobrar muito, pois o papel do professor nesta modalidade é justamente uma formação crítica, politica e social mais apropriada a realidade que convivem. (Prof3)

Segundo o educador acima, o alunado da EJA não possui visão critica sobre os conteúdos, por esse motivo uma cobrança excessiva pode afetar a evolução dos alunos, dessa forma, a construção do pensamento critico dos alunos tem que estar adequado á sua própria realidade.

Sobre o assunto, o Prof4 comentou ‘‘são pessoas que na maioria do trajeto cultural não tiveram uma educação de base bem desenvolvida, não dominam a cronologia do ensino tendo que se adequar as normas que o sistema exige’’. No mesmo sentido o Prof2 ‘‘O que se espera é um nível baixo na maioria deles, por não terem uma sequencia de estrutura nos estudos’’. Percebe-se que nestes exemplos os dois professores entrevistados foram taxativos em confirmar que a expectativa do alunado da EJA é baixa devido as dificuldades que eles enfrentam dentre essas dificuldades, a condição financeira na maioria dos casos, esse contribui para a não educação de base sólida.

Na terceira pergunta foi questionado sobre o livro didático utilizado para trabalhar os conteúdos em sala de aula, ao mesmo tempo perguntou-se se tal material é adequado á realidade do alunado. Para o Prof1, ‘‘Bom, o livro é muito escasso, os textos são resumidos, por isso os alunos acabam recebendo uma informação técnica, dessa forma o material proposto esta de encontro com a realidade do aluno’’. Da mesma forma, outro professor entrevistado afirma que,

Procuo trabalhar com outras fontes para incrementar o material oferecido, pois o mesmo não oferece possibilidades de inovação do conteúdo. Mas dessa forma pelo publico esperado acredito que o livro didático de certo modo esta compatível com os alunos, mas nos professores não podemos deixar de renovar os conhecimentos através de outros suportes didáticos. (Prof3)

Segundo o Prof2, “Não tem muito que fazer, pois o material oferecido é muito resumido, o material esta muito bem adequado á realidade dos alunos. ”

Dessa forma, percebemos que nos três exemplos todos os professores entrevistados concordaram que o livro didático está adequado á aprendizagem dos alunos. Vale ressaltar que o Prof3 procura inovar e enriquecer o ensino com outras metodologias.

Na quarta pergunta questiona-se sobre os tipos de recursos didáticos utilizados. Todos os professores entrevistados responderam que utilizam livros, jornais, filmes, e revistas para tornar as aulas mais dinâmicas. Conforme o Prof4, “utilizo pesquisas em sites, exibição de documentários, leitura de interpretação de artigos de revistas e jornais”. Segundo Sonia Nikitiuk além do livro os recursos utilizados fazem parte de uma reprodução,

Desempenham, também, papel importante na reprodução: o livro didático, os elementos estruturais da escola, a definição do espaço, a arquitetura, a administração do tempo, a divisão e classificação do conhecimento, a linguagem etc.(2004, p.17).

Nessa perspectiva, os recursos são importantes para ajudar a dinamizar as aulas dos professores, mas para determinar preferencias pessoais e servir como simples reprodução.

Na quinta pergunta foi questionado o método que o professor de historia utiliza para elaborar suas avaliações, se as mesmas despertam o senso critico dos alunos. A maioria dos professores entrevistados afirma que as avaliações são feitas de forma tradicional positivista, pois segundo eles os alunos apresentam uma grande dificuldade na hora de interpretar as questões, o senso crítico é explorado através de recursos como, pesquisas em revistas ou livros. Segundo o Prof1, “Procuo fazer diversas formas de avaliações como resumo, produção textual, e seminário, na tentativa de despertar uma opinião formada pelos alunos, sendo que na maioria dos casos, poucos formam um pensamento critico”. Diante disso,

percebe-se que o Prof1 usa diversas metodologias de trabalho, no entanto nem todos os alunos conseguem atingir objetivo esperado.

Na sexta e ultima pergunta, questiona-se sobre as dificuldades apresentadas pelos alunos e quais medidas encontradas para contornar o problema. Para os professores entrevistados, a grande dificuldade dos alunos esta na leitura, principalmente na hora de interpretar e analisar os textos históricos. Eles apontam que essas dificuldades estão relacionadas ao tempo que os estudantes ficaram sem frequentar a escola, outro motivo apontado é que os alunos estão sendo promovidos de serie sem dominar a leitura básica para interpretar os textos. Para solucionar o problema, os professores dizem procurar incentivar o ato da leitura e da interpretação dos textos históricos, buscando despertar em seus alunos uma leitura critica.

É de suma importância propor uma análise aos professores estagiários, pois entre os entrevistados, havia um professor estagiário, levando em consideração o tempo da atuação que pode ser um grande “problema” para a sequencia dos trabalhos. Trazendo novas fontes e teorias da universidade para trabalhar os conteúdos com seus alunos, pois estão teoricamente mais ligados que os professores titulares porem não possui a pratica e experiência em sala de aula para encarar as dificuldades do cotidiano, como o seu trabalho é temporário isso dificulta a sequencia do trabalho e a cada novo professor estagiário contratado é uma nova adaptação, outro modelo de trabalho. Outra realidade que afeta a qualidade do ensino publico municipal são os baixos salários. Por esse motivo, questiona-se por que existe um grande numero de estagiários ocupando vagas , em vez de ser realizado um concurso publico para preencher o quadro de professores efetivos das escolas? O sistema prefere contratar, através de analise de currículo ou mesmo de empresas, professores temporários do que efetivar a contratação através de concurso publico.

Neste caso, percebeu-se que o estagiário ao ser contratado é encaminhado para sala de aula como se fosse um profissional, e muitas vezes não há um acompanhamento no dia-a-dia dos pedagogos e gestores como planejamento das aulas e das avaliações, assim percebe-se que em muitos casos o professor temporário fica trabalhando aleatoriamente levando em conta a falta de orientação em relação ao processo de ensino aprendizagem. Na educação de jovens e adultos essa orientação é fundamental, pois o professor tem que trabalhar de acordo com a realidade dos alunos, ao mesmo tempo mostrando um ensino de qualidade e inovador. Sobre esse critério, Marcos A. da Silva esclarece que,

Ao ensinar História a partir da nítida divisão entre saber e não saber, o professor estabelece como atos inaugurais de seu trabalho a exclusão do vivido, situando seu objeto num espaço diferente daquele onde esta ocorrendo á relação com os alunos e centrando a experiência de aprendizagem nos atos do docente ou nas autoridades que merecem sua sanção-livros, apostilhas, documentos,etc.(1984,p.19)

Nesse caso é grande a responsabilidade dos professores em decidir o que é mais importante para os alunos, mas não podemos esquecer que na hora da seleção precisa-se considerar o perfil dos alunos da EJA e quais conteúdos seriam mais importantes de acordo com a realidade dos mesmos.

Observando os questionários aplicados aos alunos, buscou-se descobrir quais foram as motivações, as dificuldades, os métodos e os recursos utilizados pelo professor de história para diferenciar e dinamizar os conteúdos em sala de aula.

Quando se perguntou no início do questionário acerca das expectativas que os alunos esperavam do ensino da EJA para o seu desenvolvimento intelectual, a maioria foi taxativa em afirmar que esperam o melhor aproveitamento do ensino pensando na competitividade do mercado de trabalho, assim como afirma o Aln1, para ter conhecimentos melhores e competir com o mercado de trabalho. As expectativas são as melhores”. Segundo Aln2 “Estava há quase dez anos sem estudar por isso resolvi voltar para tentar mudar de vida, no momento as portas para o trabalho se fecharam e a EJA foi o caminho mais curto para ampliar os conhecimentos”. De acordo com Aln3, “Estava me sentindo como um peixe fora d’água me debatendo sem conhecimento. O mundo exige de nós conhecermos a história e sociedade em geral, a EJA esta me colocando novamente em alto mar”. Como vimos, todos os entrevistados estão otimistas percebendo que o conhecimento é o caminho para o mercado de trabalho.

Quando foi questionado se gostam de estudar história e qual a importância para o seu cotidiano, os entrevistados responderam ‘Sim’, consideraram o estudo da história importante, segundo eles, através da história podemos conhecer os acontecimentos do passado e assim entendermos melhor o nosso presente. De acordo com a fala do Aln1 “sim, faz com que eu tenha mais conhecimentos sobre os acontecimentos do passado, podendo assim entender o presente”. Nesse sentido, parece que todos os alunos entrevistados são conscientes da importância do ensino de história.

Na terceira pergunta questionou-se sobre a existência das dificuldades encontradas na disciplina de historia. Entre os entrevistados, dois responderam que não existem grandes dificuldades em estudar os conteúdos de historia e os outros relataram as suas barreiras encontradas. Na fala do Aln2 ‘‘As minhas dificuldades não estão relacionadas com o ensino do professor, a disciplina de historia exige leitura e não tenho tempo para ler os conteúdos, preciso de tempo para me dedicar aos estudos’’. Segundo o Aln4’’. ‘‘Minha dificuldade esta em aprender as datas especifica dos fatos ocorridos’’. Nesse caso, apresentaram duas dificuldades diferentes, um relatou por conta do cansaço do trabalho e outro relata sobre as dificuldades em trabalhar com datas. De certa forma, muitos alunos sentem dificuldades de ligar os fatos os fatos históricos às suas respectivas datas.

Na quarta pergunta procurou-se saber a maneira como o professor de historia ministra sua aula, se desperta prazer nos alunos. Os entrevistados dividiram opiniões: de acordo com o Aln1 ‘‘Eu gosto, porque ele explica bem’’. Segundo o Aln2 ‘‘não gosto muito, pois ele fala demais e escreve pouco, não consigo fixar o que ele fala’’. Da mesma forma o Aln4, ‘‘Os textos são complicados e, além disso, eu quase não entendo o que ele fala.’’ Para o aluno Aln3, ‘‘Legal a maneira que ele trabalha explica bem, facilita quando trabalho com a leitura do livro.’’

Percebe-se nas diferentes opiniões que para se compreender o Ensino de Historia que predomina na EJA, é preciso refletir sobre as concepções de historia que esta por trás desse ensino e que reflete nos conteúdos programados. As dificuldades particulares de alguns alunos parecem perpassadas por uma queixa contra a metodologia usada pelo professor de historia, as respostas de alguns alunos originaram uma visão diferente quanto ao ensino da disciplina. Como afirma Álvaro A. Pinto no que diz respeito aos conteúdos,

Não se pode considerá-lo como um volume estático, delimitado de conhecimento, como se fora uma carga a ser transportada de um lugar a outro, porem é algo dinâmico, é fundamentalmente histórico, por isso não tem contornos definidos, é variável, não se repete e só se realiza parcialmente em cada ato educativo, pois cada aluno absorve diferentemente a matéria de ensino distribuída a cada um. (2003, P.42,43)

No que diz respeito a isso, na relação professor-aluno, os professores de historia tem a tarefa de criar meios de interagir com seus alunos, fornecendo meios para que possam ser compreendidos e ao mesmo tempo possuírem um bom relacionamento com seus alunos.

Os professores, muitas vezes não preparados para um mundo de valores mais essenciais, ficam colocados em um segundo planos sofrem ao procurar maneiras de se relacionar com os alunos, estes cada vez mais distantes dos conteúdos que estão longe dos seus interesses. O educador deve ter a consciência de que ele tem mais poder do que um livro. Muitas vezes, uma simples palavra ou gesto de carinho pode marcar o aluno por muito mais tempo do que os livros e os conteúdos.

A afetividade faz parte da essência do ser humano, nós sentimos a necessidade de sermos reconhecidos, procuramos a cada instante mostrar o quanto necessitamos uns dos outros. Assim, um dos conceitos citados por Sidirley Barreto sobre a afetividade torna-se importante:

É o conjunto de fenômenos psíquicos que se manifesta sob as formas de emoções, sentimentos e paixões acompanhados sempre de impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza. (1998, p.71).

Observou-se que durante as entrevistas, os alunos da EJA esperaram muito do professor de história, principalmente pela capacidade que geralmente o professor dessa área tem de interagir, de ser compreensivo, de criar vínculos de afetividade com seus alunos.

Na quinta pergunta foi questionado se o aluno ler com frequência a apostilha de história. De acordo com a resposta do Aln5 ‘‘Não, leio somente quando a prova esta se aproximando’’. Segundo o Aln1, ‘‘Não costumo ler os textos, são um pouco complicados, fico perdida na hora da leitura’’. Observou-se que os entrevistados não leem frequentemente os textos, uns de vez em quando, outros quando a prova esta se aproximando e outros já veem os textos como complicação. Portanto, os professores deixaram bem claro nas respostas dos questionários que uma das grandes dificuldades dos alunos da EJA esta na leitura e interpretação de textos históricos, um problema grave para a evolução da modalidade.

Por fim, questionou-se se o professor utiliza algum tipo de recurso nas aulas além do livro didático. Sobre os recursos, todos responderam que os professores sempre utilizam algum tipo de recurso, a maioria dos entrevistados citou o DVD como exemplo. Podemos ver esse detalhe na fala de três alunos: de acordo com o Aln1, ‘‘Sim, aula de vídeo’’ para o Aln2, ‘‘Sim, utilizam vídeo aula, para depois debatemos e apresentarmos trabalhos em sala de aula’’. Conforme o Aln4, ‘‘Sim, o professor mostra filmes, pesquisas feitas na internet, além

de depoimentos de revistas e jornais”. Por parte dos professores a utilização dos recursos depende da disponibilidade dos mesmos pela escola e da criatividade do professor, que procura diversificar suas aulas com os recursos disponíveis, tentando motivar seus alunos a se interessar mais pelas aulas de história.

No entanto, é preciso que haja professores qualificados para atender os alunos da EJA Educadores que possam desenvolver recursos de aprendizagem diversificados e promover a aprendizagem dos valores de justiça, solidariedade e tolerância para que se desenvolva a autonomia intelectual e moral dos alunos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos. É fundamental que a escola elabore e programe currículos flexíveis, diversificados e participativos, e que estes sejam também definidos a partir das necessidades e dos interesses dos alunos, assim como ressalta Antoni Zabala,

Um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez mais competente em seu ofício. Geralmente se consegue esta melhora profissional mediante o conhecimento e a experiência: o conhecimento e a experiência: o conhecimento das variáveis que intervêm na prática e experiência para dominá-las (1995, p.13).

Portanto, ao analisar os dados coletados, ou seja, os questionários-entrevistas buscaram-se respostas que não foram possíveis desvendar somente com dados preliminares encontrados através dos questionários. Foi possível colher informações preciosas para desvendar o Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos, e com isso interpretar as informações conforme os objetivos propostos para essa pesquisa.

De acordo com os objetivos propostos, foram analisados ainda os livros didáticos e os planos de curso utilizados pelos professores ao longo desta trajetória de pesquisa. Como esperado, enfrentou-se grandes dificuldades no momento de coletar os dados referentes aos instrumentos utilizados pelos docentes. Constatou-se que não existia nenhum plano de curso com mais de dois anos arquivados nas escolas para que pudesse verificar a linha de trabalho dos professores. Portanto a sequência das aulas ficava a critério do educador, mostrou-se que a cada ano era utilizado um plano de curso diferente e os gestores da escola não guardava os planos feitos pelos professores, como foi dito anteriormente, os professores ficam livres para encontrar uma melhor forma de realizar o seu trabalho.

Verificou-se que o livro didático da EJA, diferentemente do livro do ensino normal, o livro é único, ou seja, todas as matérias estão contidas em um só livro como se fosse uma apostilha. Pode-se perceber também, que o material de historia contem poucas informações, durante as entrevistas os professores responderam que os livros estão compatíveis com a realidade dos alunos, em outro momento da entrevista eles deixam bem claro que há a necessidade de utilizar outros recursos confirmando a fragilidade do material didático.

O livro adotado pela secretaria tem uma leitura básica e tradicional, pois segundo os professores, a linguagem é simples e de fácil compreensão para os alunos e de certa forma não traz grandes contribuições na forma de trabalhar os conteúdos de Historia. Desta forma constamos mais uma vez um paradoxo entre teoria e pratica.

A dificuldade de aprendizagem dos alunos da EJA esta relacionada por uma serie de motivos, que por sinal já foram mostrada no decorrer da pesquisa. Dessa forma, espera-se que o professor ajude os alunos a superar essas dificuldades, o educador tem que utilizar diferentes formas de ensinar atentando para as dificuldades dos alunos. Nessas condições, Maria V. Candau analisa as necessidades educacionais,

O professor é fator intrínseco da aprendizagem do aluno. Sua função própria é fazer o aluno aprender, todavia, para chegar a isto, precisa realizar em si mesmo, em primeiro lugar e como condição fatal, o adequado processo de aprendizagem (1998.p.118).

Em alguns casos, a educação da EJA é afetada pela metodologia que o professor utiliza, vale destacar também que o desenvolvimento e entusiasmo dos professores envolver e contagiam os alunos. É importante que os alunos percebam que o professor acredita realmente e luta por suas convicções. Educar numa perspectiva critica supõe um processo complexo e desafiante que afeta e é afetado pela abordagem global que se tem da educação.

O que podemos observar ao longo do trabalho, foi um pouco a ausência do educador, mas por um lado existem fatores que complicam ainda mais essa relação de ensino aprendizagem, como por exemplo, a situação social dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em que a maioria deles passou vários anos sem estudar, por conta desse aspecto ocorrem uma grave deficiência de leitura e escrita, dificultando ainda mais o trabalho do

professor, que muitas vezes esta obrigado a cumprir grandes jornadas de trabalho tentando compensar financeiramente a baixa remuneração desses profissionais da educação.

Em relação ao conteúdo programático, o professor se vê obrigado a cumprir todas as orientações e programações do calendário escolar, muitas vezes sente-se pressionado por diretores e coordenadores de escolas, mas seu trabalho fica prejudicado devido á redução das aulas de historia, pois com o numero insuficiente de aulas, fica difícil o professor inovar e realizar algum tipo de trabalho que, embora seja importante para uma discursão, certamente estaria atrasando o conteúdo oficial, com isso o professor é obrigado a selecionar aquilo que acha importante, deixando muitas vezes para trás informações preciosas, desta maneira o professor procura contribuir para que seus alunos possam alcançar um bom conhecimento histórico, mas diante desses problemas, é difícil a produção de um ensino critico e formador de opiniões nesta modalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, procurou-se mostrar um pouco da história da educação no Brasil, incluindo nessa trajetória o ensino de História e o ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), abordando um pouco sobre a realidade desse ensino nesta modalidade, precisamente nas escolas públicas de Beneditinos.

Nos caminhos do ensino de História, observou-se que desde o seu início, serviu ao interesse do estado. Sendo que é utilizada para construir os heróis nacionais, lembrar os fatos e os acontecimentos relevantes conforme os interesses de cada momento. Em sua origem, cria-se uma história política, depois uma história cultural, e outra voltada mais para o social. Enfim, observa-se que durante os percursos da história, cada época escreve um modelo diferente.

Diante dessa abordagem histórica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou muitas variações ao longo do tempo, tem demonstrado estar estreitamente ligada às transformações sociais econômicas e políticas que caracterizavam os diferentes momentos históricos no país.

Constatou-se que na Constituição de 1934, o estabelecimento da criação de um Plano Nacional de Educação, indicou pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado. Após alguns anos foram realizadas campanhas nacionais para a erradicação do analfabetismo, ampliando a educação brasileira do primário para o ginásio, tendo uma participação marcante de Paulo Freire com o objetivo de alfabetização visando à libertação, essa libertação visava não somente ao campo cognitivo, mas deve acontecer essencialmente, nos campos socioculturais e político.

Ao mesmo tempo, o ensino de história ganha importância na formação dos cidadãos, e isto é visto de uma forma crítica em relação ao passado, tendo uma nova ótica sobre os acontecimentos e fatos históricos. No entanto, todos os movimentos de alfabetização e ensino que estavam vinculados à idade de fortalecimento do estado foram reprimidos pelo golpe militar.

Nesse período, um dos maiores problemas observados foi a falta de valorização do professor, surge um profissional desmotivado, sobrecarregado com inúmeras aulas para compensar o pouco salário, em prejuízo a essa situação, perde-se não só na qualidade do ensino mas também na vida desses profissionais.

Após a repressão surge uma nova constituição onde os professores começam a visar uma nova abordagem para uma melhor educação no país.

Mostrou-se que na década de 1990 com a aprovação da nova LDB, surge a EJA. No momento de sua evolução, constatou-se na pesquisa a qualidade do ensino de História nessa modalidade, mostrando as principais dificuldades de aprendizagem nas escolas da cidade de Beneditinos apesar de alguns problemas na disciplina de História entre professores e alunos da EJA, encontram-se fatores positivos. No contato direto com os alunos e gestores, percebeu-se que o professor de história representa um papel muito especial na modalidade, representa segundo eles, uma figura de grande importância na formação intelectual, na construção de valores, principalmente na construção de consciência críticas.

Outro fator demonstrado na pesquisa foi o grande número de estagiários atuando como professor titular não só na disciplina de História, mas também em outras disciplinas. Nesse caso, há quebra no desenvolvimento de ensino EJA, pelo fato de serem professores “temporários”, poucos passam mais de um ano numa só escola, na EJA percebeu-se também a adaptação entre o professor temporário e os alunos, quando os alunos começam a gostar do trabalho do professor, muitas vezes não podem contar com o mesmo no ano seguinte.

Durante a pesquisa percebeu-se que não havia nenhum plano de curso registrado nas escolas referentes à EJA, mostrando que há um descaso em relação à modalidade e gestores, dessa maneira, como aplicar um ensino de qualidade se o professor não segue uma orientação pedagógica? Como superar os problemas como preconceito, discriminação, e crítica de tantos outros?

É importante compreender que a qualidade do ensino está diretamente ligada à preparação do professor, que terá de se capacitar para estar atuando junto às turmas de Educação de Jovens e Adultos, tal capacitação deve ser conhecida e valorizada uma vez que haja um acompanhamento de gestores e pedagogos.

Em outro ponto da pesquisa constatou-se a falta de leitura dos alunos da EJA mostrando uma grande dificuldade na hora de interpretar os textos. Diante desse grave problema, é importante que os professores durante suas aulas incentivem os alunos na leitura explorando as atividades orais.

Contudo, ainda coletaram-se os relatos dos alunos, em que a maioria deles mostrou dificuldades de compreender os conteúdos na hora da explicação do professor, alguns relataram a falta de paciência do professor na hora da transmissão dos conteúdos por parte de alguns professores, não só de história, mas de outras disciplinas. Outros se sentem á vontade para tirar suas duvidas com o professor de História. Pois segundo eles, o professor tem uma boa relação com os alunos.

Enfim, a pesquisa mostra seus aspectos positivos e negativos, encontram-se algumas respostas, esclarecem-se algumas duvidas, mas o que se percebe é que o corpo docente das escolas pesquisadas precisa estar atento para lidar com esses alunos, na medida em que tiver empenho e dedicação. Desse modo, favorecerá o processo de aprendizagem e aumentará a satisfação dos alunos em sentir orgulho da EJA e valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e ampliar seus conhecimentos, conseqüentemente diminuirá as suas dificuldades de aprender não só na disciplina de história, mas em outras disciplinas. Dessa forma, esta pesquisa não pretende ser um ponto final na análise do ensino de história na Educação de Jovens e Adultos em Beneditinos, mas uma contribuição para aqueles que tenham interesses de discutir sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Sidirley de Jesus. *Psicomotricidade: educação e redução*. Blumenau: Odorizzi, 1998.
- BELO, José Luiz de Paiva. *Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Milita. Pedagogia em Foco*, Vitória, 1993. Disponível em <<http://www.Pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em 10/01/13.
- BRASIL. Secretária de Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: historia Brasília: MEC/SEF, 1998.*
- BRASIL. MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 08/12/13.
- _____. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em <http://www.mec.gov.br>. Acessado em 05/01/13.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação n 5692 de 11.08.71, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFV, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.*
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases as Educação Nacional n 9.394/86. TítuloV, Capitulo da Seção V, Artigo 37*. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em 08/12/13.
- CABRINI. Conceição et al. *O ensino de historia: revisão urgente 5 ed. São Paulo: Brasiliense,1994.*
- CANDAU, VERA Maria. *Educar em direitos humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.*
- COTRIM, Gilberto. *Saber e fazer Historia. Volume único.4 ed. São Paulo: Daraiva,2005.*
- FONSECA, Selva Guimaraes. *Caminhos da Historia Ensinada.6 ed. São Paulo: Papyrus,1993.*
- FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Historia e ensino de historia. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2006.*
- FREIRE, Paulo. *Educação como Pratica da Liberdade. 26 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1994.*

Governo do Estado do Piauí. Secretaria da Educação e Cultura, Programa de formação continuada para docente do UEJA. 2005.

_____.Educação de Jovens e Adultos.2005.

GADOTTI, Moacir e Romão, José. Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e propostas. 23. ED, São Paulo: Cortez, 2005.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das letras.2002.

NADAI ELZA. O ensino de Historia na América Latina. In: Anais do Seminário Perspectivas do Ensino de Historia. São Paulo: FEUSP, 1998, P.109 a 114.

_____.”A escola pública contemporânea”’: os currículos de historia e o ensino temático. In: Revista brasileira de historia (11). São Paulo: ANPUH, 1986.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre a Educação de Adultos. 13 ed. São Paulo.Cortez,2003.

RIBEIRO, MariaLuiza Santos. Historia da Educação Brasileira: Organização escolar/Maria Santos Ribeiro. 15ª Ed. Ver e amp.Campinas,SP: Autores Associado.1998.

SOARES, Leôncio. Educação de Jovens e Adultos. Diretrizes Curriculares Nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Marcos A. da (org.). Repensando a historia. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1984.

TIBA,Içami. Ensinar Aprendendo como superar os desafios do relacionamento professor aluno em tempos de globalização. São Paulo:- ---.Gente.1998.

_____.Quem ama educa. São Paulo: Gente, 2002.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. São Paulo. Artmed, 1995.

APÊNDICE

FACULDADE DO MÉDIO PANAÍBA-FAMEP
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

APÊNDICE A

**QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFESSORES DE
HISTÓRIA NA EJA**

1. Qual sua formação inicial e quanto tempo você prática em sala de aula?
2. Quais as suas expectativas a respeito do alunado da EJA?
3. Qual o material (suporte didático) utilizado para trabalhar os conteúdos em sala de aula? Na perspectiva são adequados à realidade do alunado?
4. Você costuma utilizar recursos para dinamizar a aula que auxilie na aprendizagem dos alunos?
5. Qual o método utilizado na elaboração das avaliações? Desperta o senso crítico dos alunos?
6. Foram encontradas dificuldades por parte dos alunos na assimilação dos conteúdos? Quais medidas foram utilizadas para contornar essas dificuldades?

**FACULDADE DO MÉDIO PANAÍBA-FAMEP
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO PARA ANÁLISE DO PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

- 1. Por que o retorno aos estudos e quais as expectativas ao ensino da EJA, no seu desenvolvimento intelectual?**
- 2. Você gosta de estudar história? Qual a importância da disciplina para o seu cotidiano?**
- 3. Quais as dificuldades enfrentadas por você quanto ao estudo da disciplina história?**
- 4. A forma que o professor de história ministra as aulas, é uma forma prazerosa, ou seja, incentivadora?**
- 5. Você costuma ler sempre o livro didático de história?**
- 6. O professor costuma utilizar algum tipo de recurso, ou técnica diferente ao ministrar as aulas de história?**